

HABEAS CORPUS Nº 638.468 - PR (2021/0000935-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : GUSTAVO JOSE MAZZARINO
ADVOGADO : GUSTAVO JOSE MAZZARINO - PR089094
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MATEUS SILVA WOYNASKY (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS SILVA WOYNASKY em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 24/12/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática dos delitos capitulados no art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 (tráfico de drogas).

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu o pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o tribunal de origem, visando a soltura do paciente.

Em suas razões sustenta que a segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis, além de despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes dos arts. 312 e 315 do CPP.

Nesse panorama, requer o impetrante o relaxamento da prisão em razão do constrangimento ilegal a que vem sendo submetido, ou que a segregação seja substituída por medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO.

TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente